

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Lucro da Petrobras cai 14,6% no 2º trimestre	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Lucro da Petrobrás cai 14,6% no 2º trimestre	4
Título: Vale supera porcentual mínimo para plano de pulverizar controle	5
Título: Medida de Trump afeta siderurgia brasileira	6
Título: Usiminas faz provisão para voltar a pagar participação nos lucros	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: Ação contra pagamento às transmissoras ganha adesões	8
Título: Petrobras registra lucro de R\$ 316 milhões no segundo trimestre	9
Título: Sete prioriza sondas e pede ajuda a estaleiros em plano de recuperação	11
Título: Prazo para troca de ações preferenciais da Vale termina nesta sexta-feira	13
VEÍCULO: Correio Braziliense	14
Título: Lucro da Petrobras recua 14,6%	14
Título: Reajustes aprovados	15
Título: O desafio de nossa geração	15
VEÍCULO: Valor Econômico	18
Título: Curtas	18
Título: Brasil vai perder competitividade e investimentos com nova tributação	18
Título: Destaques	21
Título: Engie tem dúvidas sobre sucesso dos leilões de dezembro	22
Título: Itens extraordinários surpreendem e lucro da Petrobras cai 14%	23
Título: Grupo Ultra mantém estratégia de expansão no país	25
Título: QGEP corta 13% dos aportes previstos para este ano	27
Título: PetroRio espera fechar novas aquisições neste semestre	28
Título: Justiça nega liminar contra conversão de ações da Vale	29

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa e Ramona Ordoñez****Título: Lucro da Petrobras cai 14,6% no 2º trimestre**

Regularização tributária, provisão para perdas com sonda e queda de venda de combustíveis afetam resultado.

Com queda na venda de combustíveis e provisão para despesas extraordinárias, a Petrobras registrou lucro líquido de R\$ 316 milhões no segundo trimestre. O resultado significa um recuo de 14,6% em relação a igual período do ano passado. A estatal teve gastos de R\$ 6,234 bilhões com a adesão a programas especiais de regularização tributária, que incluem débitos ligados à repactuação do fundo de pensão da companhia, a Petros. Além disso, a companhia teve de provisionar outros R\$ 818 milhões referentes a recebíveis ao navio-sonda Vitória 10.000. A crise econômica no Brasil também pesou, com a queda de 8,3% nas vendas de combustíveis no segundo trimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2016. Houve ainda recuo de 93% na comparação com o primeiro trimestre do ano, quando a companhia ganhou R\$ 4,449 bilhões. Assim, no semestre, a estatal registrou resultado positivo de R\$ 4,765 bilhões, revertendo o prejuízo de R\$ 876 milhões do mesmo período de 2016.

EXPORTAÇÃO EM ALTA

O resultado dividiu especialistas. Uma parte esperava prejuízo de até R\$ 3 bilhões; e outra estimava lucro de até R\$ 1,2 bilhão. Mas todos avaliam que as provisões fiscais atrapalharam o desempenho da estatal. Por outro lado, a Petrobras cortou as despesas. No primeiro semestre do ano, os custos ficaram em R\$ 5,248 bilhões, uma queda de 40% em relação ao mesmo período de 2016. Com o plano de incentivo a demissões, o efetivo da companhia teve redução de 18% nos primeiros seis meses do ano e ficou em 63.152 empregados. Os investimentos somaram R\$ 20,156 bilhões entre janeiro e junho, um recuo de 23% em relação ao ano passado. Isso permitiu um fluxo de caixa livre (recursos gerados pelas atividades operacionais descontados os investimentos) de R\$ 22,722 bilhões no semestre. Com o desempenho, a estatal chegou a nove trimestres consecutivos de fluxo de caixa livre positivo.

A empresa também melhorou o seu perfil de endividamento. Passou de US\$ 95 bilhões (R\$ 301 bilhões) no primeiro trimestre deste ano para US\$ 89,3 bilhões (R\$ 295,3 bilhões) no segundo trimestre deste ano. A produção subiu 3% no primeiro semestre, chegando a 2,791 milhões de barris por dia. No semestre, as exportações de petróleo subiram 48%, chegando a 717 mil barris por dia. Pedro Parente, presidente da Petrobras, destacou os resultados da companhia: — Por

efeitos extraordinários, tivemos um lucro líquido menor, mas tivemos fluxo de caixa livre positivo pelo nono trimestre e uma dívida abaixo de US\$ 90 bilhões. Parente destacou que a companhia sentiu o menor preço do petróleo no mercado internacional, que caiu de uma média de US\$ 50,70 por barril entre janeiro e março para US\$ 47,25 entre abril e junho. Assim, a receita caiu 8,3% no segundo trimestre, para R\$ 51,301 bilhões.

Na comparação semestral, o recuo foi de 3%, para R\$ 105,230 bilhões. Questionado sobre a eficácia da nova política de preços, com variações praticamente diárias, o presidente da Petrobras explicou que há defasagem de dois meses até que essa política de reajustes mostre resultados financeiros: — Não é resultado ruim. A política foi mudada a partir de julho. Entre comprar e chegar, leva 60 dias. O resultado da política será visível até setembro. A política, na nossa visão, está indo muito bem. A única coisa que estamos fazendo é reagir ao que acontece com a commodity.

CAPTAÇÃO DE R\$ 2 BI COM BNDES

Ivan Monteiro, diretor financeiro, destacou a crise econômica e a queda no preço do petróleo. — Apesar de a produção subir, a recessão afetou a venda de nossos produtos. Mas a companhia vem melhorando, com queda nas despesas. Tivemos a adesão ao programa tributário do governo e o valor do contrato de arrendamento da sonda. Houve uma imensa redução de ociosidade de equipamentos e a queda de gastos com poços secos (o recuo foi de 82,1%, caindo de R\$ 1,810 bilhão para R\$ 324 milhões entre o primeiro semestre de 2016 e 2017) — disse Monteiro. A companhia, porém, precisa melhorar seu nível de endividamento, destacou Monteiro. Ele lembrou que a empresa vai reduzir seus vencimentos em 2018 (de US\$ 9,3 bilhões) em US\$ 1,5 bilhão a US\$ 2 bilhões. Para isso, a companhia vai acessar o mercado financeiro internacional nos próximos meses.

A Petrobras também vai voltar a fazer operações com o BNDES. Para Monteiro, a expectativa é captar até R\$ 2 bilhões nos próximos seis meses através do Finame, linha destinada à compra de máquina e equipamentos. De olho no caixa para esse ano, a empresa pretende vender ativos e manter a meta de US\$ 21 bilhões até o ano que vem. O diretor financeiro disse que a empresa tem hoje uma carteira total de US\$ 40 bilhões em desinvestimentos. — Temos um portfólio de US\$ 40 bilhões. Estamos otimistas. O nível de interesse é alto. Houve alterações importantes no ambiente de regulação. Isso aumenta o interesse pelos ativos e aumenta o valor. Uma das decisões foi fazer a abertura de capital da BR Distribuidora. Terão iniciativas importantes no segundo semestre — explicou ele.

DESCOBERTA EM CAMPOS

O especialista Flávio Conde da consultoria WhatsCall disse que o resultado decepcionou porque, além dos impactos negativos das provisões, o resultado operacional não foi muito positivo. Conde, que esperava lucro líquido de R\$ 1,2 bilhão, disse que a empresa teve forte queda nas vendas de combustíveis, principalmente de diesel, que caíram 11% no segundo trimestre: — A Petrobras teve perda de receita e de rentabilidade. Isso mostra como é importante continuar o plano de venda de ativos para a redução do endividamento da companhia. Esperamos que a venda das ações da BR Distribuidora aconteça até outubro. Para Phillip Soares, analista da Ativa Investimentos, o resultado operacional veio fraco: — Um ponto positivo foi o anúncio da descoberta de petróleo no pré-sal na área do campo de Marlim Sul, na Bacia de Campos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes, Mariana Durão e Vinicius Neder

Título: Lucro da Petrobrás cai 14,6% no 2º trimestre

Estatual lucrou R\$ 316 milhões no período; ante 1º trimestre de 2017, queda foi de 93%.

A decisão de aderir ao Refis do governo federal, programas que dão desconto para a regularização de dívidas tributárias, impediu que a Petrobrás tivesse lucro maior no segundo trimestre, mas a queda nas vendas de combustíveis no mercado interno também atrapalhou. O lucro líquido de R\$ 316 milhões ficou 14,6% abaixo do registrado no segundo trimestre de 2016, informou ontem a companhia. Na comparação com o desempenho do primeiro trimestre (quando o lucro líquido foi de R\$ 4,4 bilhões), o tombo foi de 93%.

"O que nos afeta e a qualquer empresa? O preço da commodity (petróleo) e o fato de que a gente está vivendo uma brutal recessão no País, que influencia a demanda pelos nossos produtos", disse o diretor Financeiro, Ivan Monteiro, destacando que a companhia vendeu menos combustíveis por causa da crise econômica e também de preços mais baixos, devido à queda das cotações internacionais. Para o terceiro trimestre, porém, a previsão é de um resultado melhor e ainda de retomada do acesso a dinheiro público via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social(BNDES).

A Petrobrás espera contratar mais R\$ 2 bilhões com o banco até dezembro, dos quais cerca de R\$ 1 bilhão serão na linha Finame, para máquinas e equipamentos. Desde 2015, o BNDES estava impedido de dar novos empréstimos para a Petrobrás, por causa do excesso de exposição à estatal – acima, até mesmo, do permitido pelo Banco Central (BC). No segundo trimestre, o balanço financeiro da

Petrobrás ficou marcado por fatores pontuais que não devem se repetir nos próximos meses, destacou Monteiro.

O ganho de R\$6,7 bilhões relativo à venda da operadora de gasodutos Nova Transportadora do Sudeste(NTS)engordou a receita. Já as despesas com os programas de regularização das dívidas tributárias – com destaque para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – somaram R\$ 6,234 bilhões. Ao comentar o resultado, o presidente da companhia, Pedro Parente, demonstrou, no entanto, estar satisfeito com o desempenho da estatal. "Tivemos um resultado no segundo trimestre bastante expressivo.

Nosso lucro operacional aumentou 5% e por efeitos extraordinários tivemos um lucro líquido bastante menor que o do primeiro trimestre, mas ainda assim pela segunda vez consecutiva temos resultado positivo, fluxo de caixa livre positivo, endividamento líquida abaixo de US\$ 90 bilhões", afirmou. "A conclusão é que o resultado decepcionou, veio abaixo do esperado. Isso porque houve vendas menores e os custos subiram, enquanto o preço de derivados caiu", analista Flávio Conde, da consultoria WhatsCall Research.

Pré-sal

A Petrobrás informou a descoberta de acumulação de petróleo no pré-sal da Bacia de Campos, na área do Campo de Marlim Sul. É a 1ª descoberta comercial de petróleo no pré-sal de Marlim Sul.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mariana Durão

Título: Vale supera percentual mínimo para plano de pulverizar controle

Segundo dados parciais, 72,2% das ações preferenciais foram convertidas em ordinárias; prazo termina hoje.

A Vale anunciou ontem à noite que já superou o percentual mínimo de conversão de ações preferenciais em ordinárias que vai permitir à mineradora seguir em frente com o plano da empresa de pulverizar o controle e melhorar a governança. Segundo as informações parciais recebidas pela mineradora da B3 (antiga BM&FBovespa), do Bradesco, banco escriturador da operação, e do Citibank, agente da conversão, um total de 1.421.178.947 ações PN, inclusive as representadas por American Depositary Shares (ADS), aderiram à conversão para ON. Esse número corresponde a 72,2% do total em circulação no mercado.

Dessa forma, segundo a mineradora, já foi atingido o percentual mínimo estabelecido na conversão voluntária, de 54,09% do total de ações preferenciais em circulação. O prazo de conversão termina hoje. Com o resultado, os controladores reunidos na Valepar – fundos de pensão estatais, Bradesco Participações, BNDESPar e Mitsui – passam a ter uma fatia menor que 50% dos papéis ordinários da mineradora. No fim de julho, em teleconferência, o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, já se mostrava otimista com o resultado. Segundo ele, até aquela data já havia uma grande adesão de pessoas físicas e fundos passivos – que têm sua performance atrelada a de índices – à transação. Analistas de mercado também avaliavam que um revés da Vale nesse processo seria surpresa .

Em junho, a conversão foi aprovada por 68,21% de votos das ações preferenciais (Vale 5) presentes na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 27 de junho. A próxima etapa será a incorporação da Valepar pela Vale no dia 21 de agosto. Com isso, os acionistas da holding passarão a ser detentores diretos de ações da mineradora e receberão um prêmio de 10% em ações. Será celebrado um novo acordo de acionistas, mas este vinculará apenas 20% das ações ordinárias pertencentes aos atuais controladores. O novo documento valerá até 2020, quando a Vale se tornará uma "corporation", isto é, uma companhia sem controle definido.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Jamil Chade

Título: Medida de Trump afeta siderurgia brasileira

EUA vão sobretaxar importações de silício do Brasil em até 50%, alegando que entrada de produtos estrangeiros enfraquece a indústria bélica do país

O governo de Donald Trump anunciou a imposição de barreiras contra determinados produtos siderúrgicos brasileiros. O anúncio foi feito pelo secretário de Comércio dos Estados Unidos, Wilbur Ross, e as sobretaxas cobradas pelo país poderão chegar a mais de 50%. Nos últimos meses, os dois governos chegaram a tratar do assunto até mesmo em reuniões na Organização Mundial do Comércio (OMC). O Brasil queria garantias de que o processo estava correndo dentro das regras internacionais. O setor siderúrgico, um dos centros da política comercial de Donald Trump, recebeu promessas desde a campanha presidencial de que ganharia proteção por parte do novo chefe da Casa Branca.

Assim que o governo foi iniciado, uma série de medidas foi adotada, principalmente contra o aço chinês. Mas já no mês de março, Washington abriu investigações sobre o metal de sílica exportado pelo Brasil. Nesta semana, a

decisão preliminar foi a de impor uma sobretaxa contra o produto nacional, alegando que preços injustos estavam sendo cobrados pelos brasileiros. Empresas da Austrália e do Casaquistão também foram afetadas pelo novo modelo de importação. Em dezembro, as medidas definitivas devem ser anunciadas oficialmente. Em média, todos os produtos brasileiros desse setor pagarão uma sobretaxa de 3,69% a partir de agora, incluindo os da empresa Dow Corning Silício do Brasil. Mas o imposto será de 52,07% para as exportações da empresa brasileira Liga de Alumínios S.A (Liasa).

O motivo da diferença de taxaço teria sido a recusa da empresa em cooperar com as investigações feitas pelo governo americano sobre supostas irregularidades no setor. No caso da Austrália, a cobrança será de 16,23%; para produtos com origem no Casaquistão a sobretaxa deve ultrapassar 120%. Em 2016, o Brasil exportou US\$ 60 milhões de metal de sílica. Em 2014, o volume chegou a mais de US\$ 105 milhões. Mas a queixa veio da empresa Globe Speciality Metals, que tem usinas nos Estados americanos do Alabama, Nova York e Ohio. Num comunicado de imprensa, o Departamento de Comércio dos Estados Unidos informou que a aplicação de sobretaxas para corrigir supostas irregularidades é "um foco primário da administração Trump".

"Continuaremos a rever todas as informações relacionadas a essa decisão", declarou Ross. "Continuaremos vigilantes contra atores estrangeiros que tentem levar vantagem sobre empresários e trabalhadores americanos." Antidumping. Em menos de sete meses, Trump já iniciou 64 investigações de dumping, um aumento de 40% em comparação ao que se registrou em 2016. No ano passado, as sobretaxas foram responsáveis por uma arrecadação de US\$ 1,5 bilhão por parte do Tesouro americano. Dados colhidos pela OMC apontam que, se em todo o mundo as medidas protecionistas sofrem uma queda, elas estão em alta nos Estados Unidos desde que Trump assumiu o governo. Outra das iniciativas da Casa Branca é a de justificar barreiras às importações de aço alegando a tese da "segurança nacional".

Com a entrada de produtos estrangeiros, as usinas norte-americanas teriam sido enfraquecidas, algo perigoso durante um eventual período de guerra em que a indústria bélica teria de recorrer a produtos importados. Segundo o Itamaraty, a decisão é ainda preliminar e o Brasil colabora nas investigações. Para Marco Polo Lopes, do Aço Brasil, o País tem condições de abrir um painel na OMC para discussões de direitos compensatórios. Sobre a medida que aponta o impacto das importações sobre a segurança nacional, Lopes diz que o Brasil não deve ficar na "vala comum" dos exportadores. A Abrafe, que representa os fabricantes de silício metálico, não retornou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Fernanda Guimarães****Título: Usiminas faz provisão para voltar a pagar participação nos lucros**

De volta ao lucro depois de amargar um longo período no vermelho, a Usiminas está preparando um colchão de liquidez em seu balanço para voltar a pagar, em abril do ano que vem, participação nos lucros e resultados (PLR) a seus funcionários. Nesse sentido, a companhia começou a provisionar entre 80% e 150% de cada salário no segundo trimestre. O valor a ser distribuído, no entanto, dependerá de qual será o resultado anual da siderúrgica mineira. No primeiro semestre, o lucro da Usiminas foi de R\$ 284 milhões, ante prejuízo de R\$ 275 milhões registrado no mesmo intervalo do ano passado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Ação contra pagamento às transmissoras ganha adesões**

Associações de empresas dos setores de alumínio, cerâmica, indústria têxtil e a Firjan (federação das indústrias do Rio) devem entrar com ações na Justiça contra uma taxa de ressarcimento às transmissoras de energia.

Elas se somam a entidades de vidro, química, cloro, ligas de ferro e dos grandes consumidores de energia, que já haviam protocolado um processo e conseguiram uma liminar para não pagar a taxa, que vem na conta de luz.

O grupo se reuniu em São Paulo nesta quinta (10), e ainda não decidiu se haverá mais ações na Justiça ou se as novas associações vão se juntar ao processo que já corre.

A ideia não é ganhar a ação mas, sim, usar o processo na Justiça para forçar o governo a rever os termos do pagamento de R\$ 62 bilhões às transmissoras. Esse valor se deve a compensações por bens reversíveis construídos antes de maio de 2000.

"A conta precisa ser revista. Queremos abrir pontes para negociação", afirma Lucien Belmonte, superintendente da Abividro. O governo tem sido "intransigente" nessa discussão, diz o executivo.

"As discussão não é sobre a indenização em si, mas, sim, os juros que corrigem essa conta", afirma Sérgio Malta, presidente do conselho de energia elétrica da Firjan.

A proposta do Ministério de Minas e Energia é usar parte de um fundo global do setor elétrico para abater parte dos R\$ 62 bilhões.

Ela foi considerada insatisfatória pelos representantes dos empresários. Pelos cálculos deles, isso representaria R\$ 1,5 bilhão a menos por ano, o que dizem ser pouco.

Eles querem que a portaria que estabeleceu o pagamento, de 2016, seja revogada e que a conta seja refeita.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras registra lucro de R\$ 316 milhões no segundo trimestre

A Petrobras teve lucro de R\$ 316 milhões no segundo trimestre de 2017, 14,6% menor que os R\$ 370 milhões registrados no mesmo período do ano anterior.

Na comparação com o primeiro trimestre, o resultado foi 93% menor.

A empresa atribui a queda a fatores não recorrentes, como a adesão a programa de regularização tributária referente ao fundo de pensão Petros, que custou R\$ 6,2 bilhões, e provisão de R\$ 818 milhões para perdas com a sonda Vitória 10.000, investigada pela Lava Jato.

"Tivemos um resultado bastante expressivo, nosso lucro operacional cresceu 5% (com relação ao primeiro trimestre), mas houve fatores extraordinários", comentou o presidente da companhia, Pedro Parente.

No primeiro semestre de 2017, a Petrobras acumulou lucro de R\$ 4,8 bilhões, revertendo o prejuízo de R\$ 900 milhões registrado no mesmo período do ano anterior.

A melhora do desempenho no semestre, diz a empresa, é reflexo de aumento na produção e exportação de petróleo e no corte de custos.

Entre o primeiro e o segundo trimestre, por exemplo, as despesas gerais e administrativas foram reduzidas em 4% entre o primeiro e o segundo trimestre. O número de empregados caiu 3% no mesmo período, para 63.152.

O diretor financeiro da Petrobras, Ivan Monteiro, destacou que a empresa fechou o nono trimestre seguido com sobra de caixa, após um longo período queimando suas reservas para controlar os preços dos combustíveis.

No segundo trimestre, a geração de caixa medida pelo Ebitda ficou praticamente estável em relação ao mesmo período do ano passado, em R\$ 19,1 bilhões. A sobra de caixa foi de R\$ 9,3 bilhões.

Com isso, a companhia continua trabalhando para reduzir sua dívida, principal foco de seu plano de negócios. Ao fim do trimestre, o endividamento líquido era de R\$ 295,3 bilhões, queda de 1,8% com relação aos R\$ 300,9 bilhões do fechamento do trimestre anterior.

O indicador de dívida líquida sobre Ebitda ficou em 3,23 vezes, contra 3,24 vezes no trimestre anterior e 4,3 vezes no mesmo período de 2016. A meta é atingir 2,5 vezes até o fim de 2018.

Monteiro disse que a Petrobras deve anunciar nas próximas semanas novas operações de refinanciamento visando melhorar o perfil da dívida.

O objetivo é alongar o prazo de pagamento de um volume entre US\$ 1,5 bilhão e US\$ 2 bilhões dos US\$ 9,3 bilhões que vencem em 2018.

Monteiro disse que empresa voltou a negociar empréstimos com o BNDES: atualmente, aguarda há em análise um pedido de financiamento de US\$ 1 bilhão com agente repassador de recursos do banco e a ideia é buscar até US\$ 1 bilhão em recursos do Finame até o fim do ano.

BALANÇA

No primeiro semestre, a companhia teve um saldo líquido de exportações de petróleo e derivados de 401 mil barris por dia, resultado de queda de 25% nas importações e alta de 48% nas exportações.

O desempenho reflete o aumento de 6% na produção nacional de petróleo e gás, que chegou a 2,671 milhões de barris por dia no semestre, e também da queda nas vendas, que foi de 7% no semestre.

As refinarias da empresa continuaram operando a baixa capacidade (77%), diante da competição com importadores privados. Parente afirmou que a mudança na política de preços só terá efeito no terceiro trimestre.

DESCOBERTA

A Petrobras anunciou ainda uma nova descoberta de petróleo no pré-sal da Bacia de Campos, na área do campo de Marlin Sul, já produtor de óleo no pós-sal.

O novo poço, conhecido como Poraquê Alto, está localizado a 115 km da costa do Rio.

A diretora de exploração e produção da estatal, Solange Guedes, disse que a descoberta é importante porque fica em área onde a empresa já tem estrutura de produção, o que reduz os custos.

Segundo ela, o custo de produção de petróleo no pré-sal caiu para abaixo de US\$ 7 por barril, menos da metade do verificado em 2014. Na média, o custo de produção da empresa é US\$ 10,28 por barril.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Sete prioriza sondas e pede ajuda a estaleiros em plano de recuperação

Em novo plano de recuperação entregue à Justiça, a empresa de sondas Sete Brasil reduziu de oito para quatro o número mínimo de embarcações que precisa concluir para retomar as atividades e pede aos estaleiros ajuda financeira para concluir as obras.

O plano, que será discutido em assembleia no fim deste mês, prevê o pagamento dos credores apenas a partir de 2020.

A Sete Brasil pediu recuperação judicial em abril de 2016, diante das dificuldades em obter recursos para prosseguir com as obras. Na época, a companhia declarou uma dívida de R\$ 19,3 bilhões.

Um primeiro plano, com a possibilidade de construção de 8 a 12 sondas, chegou a ser apresentado aos credores, mas não avançou por dificuldades na renegociação dos contratos com a Petrobras, sócia e principal cliente da companhia.

O novo plano de recuperação propõe a "readequação do plano de negócios, de modo a readequá-lo aos melhores interesses do Grupo Sete". Trabalha com a conclusão de quatro sondas "prioritárias".

Se enquadrarão neste caso aquelas em estágio mais avançado de construção, com menor necessidade de investimento e que estão em estaleiros com

capacidade para concluir as obras mais rapidamente e, se possível, com recursos próprios.

Como garantia, a Sete propõe dar aos estaleiros o direito de vender as sondas, caso haja interrupção no contrato de afretamento das sondas ou no pagamento pelos recursos colocados na obra.

O plano diz que a Sete precisará de recursos novos para prosseguir com as obras, num montante de US\$ 4,345 bilhões, considerando a conclusão de oito unidades, que podem ser obtidos com os estaleiros construtores ou com terceiros.

Os novos financiadores terão prioridade sobre o fluxo de caixa gerado pelas sondas. Depois disso, os outros credores começam a receber sua parte.

Segundo planilha anexada ao documento, em caso de construção das oito primeiras sondas, apenas em 2020 haverá fluxo de caixa livre para o pagamento dos credores.

A empresa propõe o pagamento de R\$ 50 mil à vista para aqueles credores que não quiserem esperar. A dívida trabalhista, que tem prioridade, só começaria a ser paga no sexto mês após a aprovação do plano.

A Sete Brasil foi criada em 2010 para construir e operar 28 sondas de perfuração para a estatal. Com a queda no preço do petróleo e os cortes nos investimentos, a Petrobras considera, porém, que não precisará de todos os equipamentos.

A crise foi agravada com a revelação, pela Operação Lava Jato, de que ex-executivos da empresa foram beneficiados pelo esquema de corrupção na Petrobras.

A empresa como sócios a Petrobras, os bancos BTG Pactual, Santander e Bradesco, investidores estrangeiros e os os fundos de pensão Petros, Funcef e Previ, dos empregados da Petrobras, Caixa e Banco do Brasil, respectivamente.

Neste ano, os fundos decidiram partir para arbitragem internacional contra a Petrobras para tentar recuperar o investimento. Segundo a estatal, o valor pedido é de R\$ 4,475 bilhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: DANIELLE BRANT****Título: Prazo para troca de ações preferenciais da Vale termina nesta sexta-feira**

O investidor que não converter as ações da Vale pode ficar com um ativo pouco negociado nas mãos e perder a valorização potencial dos papéis ordinários, que dão direito a voto, afirmam especialistas ouvidos pela Folha. O prazo para a troca termina nesta sexta (11).

A conversão dos papéis faz parte da reestruturação societária da mineradora, que busca ingressar no segmento Novo Mercado da Bolsa brasileira, de governança mais rígida.

Pelos termos anunciados, cada preferencial vai valer 0,9342 ação ordinária. A mudança deve atrair investidores estrangeiros, mais acostumados a negociar ações que dão direito a voto, afirma Pedro Galdi, analista chefe da Magliano Corretora.

Essa entrada de novos investidores pode impulsionar as ações ordinárias, avalia Felipe Silveira, analista da corretora Coinvalores. "A tendência é que a ação preferencial perca liquidez [facilidade de negociação] e que as ações ordinárias subam no longo prazo."

A avaliação é a mesma de Luiz Francisco Caetano, analista da Planner Corretora. "Ele muito provavelmente vai deixar de acompanhar a valorização das ações ordinárias, que deve ocorrer. Qualquer investidor racional vai querer ficar com a ação de maior liquidez, mais ligada às expectativas de retorno da empresa", complementa.

Aqueles que quiserem manter a ação preferencial podem ter dificuldade de vender o papel, afirma Galdi, da Magliano. "O acionista vai ficar com um papel pouco negociado. Quando ele quiser vender, pode não encontrar quem compre", ressalta.

MUDANÇA POSITIVA

Analistas avaliam que a conversão será positiva para os acionistas da Vale. "Todos os acionistas terão direitos iguais. A transformação da Vale em uma corporação pura, sem um grupo controlador definido, elimina qualquer possibilidade de interferência do governo, o que é positivo para a empresa", afirma Caetano, da Planner.

Pela reestruturação, um investidor só poderá ter 25% do capital da Vale. Quem quiser ter mais precisará fazer uma oferta para comprar a fatia de todos os demais acionistas.

O acionista que ainda não fez a conversão deve procurar a corretora para realizar os trâmites. Algumas casas já não permitem mais fazer a troca, caso de Bradesco, Itaú Unibanco e Banco do Brasil. Mas clientes de Santander e XP Investimentos ainda podem optar pela conversão.

Segundo a empresa, já houve adesão para a conversão de 72,2% das ações preferenciais em circulação. O percentual mínimo para a implementação do plano era de 54,09%.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Lorena Pacheco e Marlene Gomes

Título: Lucro da Petrobras recua 14,6%

A Petrobras anunciou que teve lucro líquido de R\$ 316 milhões no 2º trimestre, 93% menor que o dos primeiros três meses do ano, de R\$ 4,45 bilhões. O resultado frustrou o mercado, que esperava ganho de mais de R\$ 1 bilhão. A estatal atribuiu a piora do balanço a despesas extraordinárias e destacou que houve melhora na produção, redução de gastos e queda no endividamento. Em comparação com o segundo trimestre de 2016, o lucro líquido caiu 14,6%.

A estatal alegou que entre os principais motivos da queda nos resultados estiveram gastos com programas de regularização tributária, que consumiram R\$ 6,2 bilhões. Além disso, uma ação judicial implicou perda de R\$ 818 milhões referente ao navio-sonda Vitória. Também houve recuo de 7% nas vendas de derivados de petróleo no mercado interno.

O presidente da estatal, Pedro Parente, vê “melhora constante nos resultados econômico-financeiros da empresa”. Os diretores apontaram que a produção de petróleo cresceu 5,6% no primeiro semestre em comparação com o mesmo período de 2016. Foram 2,17 milhões de barris por dia, volume que ficou acima da meta anual de 2,07 milhões de barris.

Além disso, foi o terceiro trimestre seguido em que a estatal fechou em terreno positivo. A dívida da empresa atingiu R\$ 295,3 bilhões em junho, menor que o montante de R\$ 300,9 bilhões registrados em março. Em dólares, o endividamento caiu 7% na comparação com dezembro, para US\$ 89,26 bilhões.

“Os resultados são espetaculares em relação ao custo. As despesas estão caindo

e o lucro operacional aumentou 5%, mas, por motivos extraordinários, tivemos lucro líquido menor no trimestre. No entanto, pela segunda vez, tivemos lucro líquido no semestre, o que não acontecia havia muito tempo”, enalteceu Ivan Monteiro, diretor financeiro da companhia. A estatal também informou que deve voltar a fazer operações de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Hamilton Ferrari

Título: Reajustes aprovados

Apesar do resultado abaixo da expectativa no segundo trimestre, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, destacou que a nova política de preços da estatal está dando resultados satisfatórios e reduz o risco de volatilidade. “A mudança está indo muito bem, porque dá possibilidade de que a empresa reaja ao que acontece no mercado. Antes os intervalos entre os reajustes eram muito longos”, destacou.

Parente ressaltou, porém, que ainda é cedo para uma avaliação definitiva. “A mudança foi implementada em julho. Nós só vamos ver os números da política em 60 dias, ou seja, a partir de agosto ou setembro, mais provavelmente.”

Oito anos após entrar em operação, a produção de petróleo do pré-sal atingiu 1,353 milhão de barris, superando, pela primeira vez, a do pós-sal (1,322 milhão), segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP). Solange Guedes, diretora de Exploração da Petrobras, disse que houve novas descobertas na Bacia de Campos. “Estamos animados com esses novos volumes, que são muito rentáveis por estarem numa área com infraestrutura”, disse.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor: Fernando Coelho Filho (Ministro de Estado de Minas e Energia)

Título: O desafio de nossa geração

Os condicionantes econômicos, sociais e tecnológicos insistem em nos lembrar que o futuro não vai repetir o passado. A nova realidade que se impõe tornou inviáveis muitos dos atuais modelos econômicos e de negócios, ainda que algumas vezes confortáveis, e exige que todos se reinventem. Esgotou-se a capacidade dos governos em conduzir a economia escolhendo seus vencedores e protegendo seus perdedores. As empresas têm que ser competitivas e os

profissionais estão sendo desafiados a reciclar seus conhecimentos com o foco na meritocracia, na criação de valor e nos ganhos de produtividade.

O preço que está sendo pago pelos erros do passado e pelo ajuste inevitável tem sido alto e as consequências, dolorosas. Em Economia, como se diz, não há almoço grátis e hoje pagamos o preço dos banquetes do passado. Isso está claramente refletido nos limites de gastos do orçamento da União, na necessidade das reformas trabalhista e previdenciária, no fim das desonerações, nos cortes nas estatais e nos duros e necessários ajustes que alcançam toda a economia nacional.

Com o fim das escolhas de vencedores, dos privilégios, dos subsídios, das contribuições obrigatórias, das reservas de mercado, das proteções e direitos de alguns em detrimento de muitos, deve surgir um outro país. Em um círculo virtuoso irreversível, as instituições se fortalecem, os processos de questionamento e controle avançam e a sociedade pede mais, perseverando em melhorias históricas, algumas com grande valor simbólico, como a Lei das Estatais e o fim do Imposto Sindical.

Não pode haver dúvidas sobre aonde se quer chegar: um ambiente eficiente, que respeite a lógica econômica, com preços que reflitam a realidade e promovam comportamentos racionais, com a alocação correta de riscos e incentivos adequados que alinhem interesses de agentes do mercado e consumidores. Essencialmente um modelo que não busque soluções mágicas, ilusionistas e que socializem custos e comprometam o futuro em nome de uma melhoria artificial do presente. E, é claro, dentro dessa lógica econômica, um modelo que busque a sustentabilidade ambiental e acolha os brasileiros que realmente precisem.

É necessário criar um ambiente de confiança e facilitar o investimento — o que é muito diferente de criar facilidades para investidores. Um ambiente que assuma e promova a inovação e a competição e que favoreça o poder da sociedade, dos consumidores, dos contribuintes, dos cidadãos, sempre entendendo que a liberdade e os benefícios de uns não podem vir em prejuízo dos demais.

Esses desafios estão sendo enfrentados em muitas áreas. Resultados estão sendo colhidos em dois setores para os quais o Brasil tem grande vocação: a mineração e a energia. Construindo as bases para o futuro, no setor mineral está sendo criada uma agência reguladora, promovida a estabilidade e a modernidade do marco legal e estabelecida a clareza em relação ao compartilhamento dos resultados com a sociedade.

Na energia, com muito trabalho e dedicação, avançamos com o programa RenovaBio no campo dos combustíveis renováveis e no Gás para Crescer, com a criação de um mercado estratégico para nosso desenvolvimento. No setor de petróleo, mudanças estruturais revigorarão esta importantíssima indústria.

Para a energia elétrica, com muito diálogo e transparência, estamos construindo uma proposta modernizadora. Essa postura se reflete, por exemplo, em grandes avanços e sucesso nos leilões de transmissão, distribuição e nas expectativas positivas para o novo ciclo de leilões de expansão da geração, com foco em energias renováveis. Os investimentos do setor elétrico para os próximos dez anos estão na faixa de meio trilhão de reais. E no setor de óleo, gás e biocombustíveis, com a retomada dos leilões de área de exploração, podem superar R\$ 1,1 trilhão.

O setor de energia, que já foi central para a construção de um projeto de poder e serviu ao patrimonialismo, ao fisiologismo e ao corporativismo, hoje será pilar essencial de um projeto de país. É nele que estão ocorrendo os maiores avanços tecnológicos que transformarão uma indústria na qual, até recentemente, se incubava a doença do intervencionismo depois levado ao restante da economia. Um setor cujo ambiente de negócios é quase insustentável, que por anos viveu por aparelhos suportados por financiamentos subsidiados e prejuízos nos investimentos — especialmente nas estatais — e com repasse compulsório e não transparente de ineficiências aos consumidores.

É importante confrontarmos a acomodação e o saudosismo de um passado que não voltará, em função da nova realidade econômica, tecnológica e social e evitarmos a tentação da continuidade de modelos insustentáveis. Precisamos todos ter a maturidade para, juntos, construir o futuro. É necessário também que possamos ter uma transição que, sem comprometer os objetivos, permita o gerenciamento das expectativas e a transição entre os mundos velho e novo.

Mas é fundamental que se entenda que o futuro acolherá os que compreendam a profundidade dos novos desafios e estejam preparados para eles. O momento histórico que vivemos exige responsabilidade e que todos se reinventem a serviço do país, profissionais, empresas, partidos e governos. Esse é o desafio de nossa geração.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Internacional**Autor:****Título:** Curtas

Opep vê mais consumo

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) elevou ontem suas projeções de crescimento da demanda global pela commodity em 2017 e 2018 em cerca de 100 mil barris por dia para cada ano, citando um consumo mais forte que o esperado nos países desenvolvidos durante o segundo trimestre.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Ivo Ribeiro**Título:** Brasil vai perder competitividade e investimentos com nova tributação

Ao contrário do que se esperava, as medidas anunciadas pelo governo federal no plano de criação de novo marco regulatório da indústria de mineração desagradaram a maioria das empresas que atuam no país. Na avaliação de mineradoras ouvidas pelo **Valor**, o resultado é a perda de competitividade no país frente às suas concorrentes. Ao mesmo tempo, alertam que os investimentos das multinacionais deverão rumar para outros países, como Peru, Chile, Austrália e Canadá.

O mal-estar no setor foi agravado principalmente pelo aumento da alíquota de royalties sobre a produção mineral, a Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem). E pela forma como ele veio: por Medida Provisória (MP). Começa a incidir imediatamente sobre a produção. Na média, o aumento é da ordem de 80% sobre os percentuais cobrados até agora.

"É um momento difícil e delicado, em que a sanha tributária, principalmente dos municípios, ameaça todo o setor mineral" afirmou Walter Alvarenga, presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), que representa as mineradoras no país. Os municípios ficam com dois terços do valor arrecado com o tributo.

Executivos da Vale, Votorantim Metais, Mineração Rio do Norte, CSN Mineração, Alcoa, Anglo American, Anglo Gold Ashanti, Imerys, CMOC, Kinross e Samarco foram unânimes: os aumentos de tributos sobre o setor, aliados às dificuldades para se obter licenciamento ambiental para novos projetos, e até para as operações existentes, vão desestimular novos investimentos no país.

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, disse ao **Valor** que até agora o Brasil vivia com a incerteza sobre as regras no setor. Que a nova regulação traz uma segurança e clareza para quem vai investir. Ele acredita que as medidas não vão afugentar investimentos, ao contrário, fazer com que retornem ao país, que enfrenta retração nos últimos anos.

O ministro afirmou que a adoção de MP foi o caminho encontrado para que o plano de revitalização saísse do papel, depois de anos de discussão sem chegar a lugar nenhum. "Na forma de projeto de lei, como era antes, não sairia do Congresso", afirmou. Coelho Filho acrescentou que o aumento do royalty já era discutido no projeto anterior. "Aumento de imposto sempre tem uma reação por parte das empresas".

Para o ministro, apesar da mudança da base de cálculo da Cfem - de receita líquida para faturamento bruto - o novo imposto é mais justo. Descartando o peso da Casa Civil e da Fazenda no texto final do novo marco, informou que a proposição das mudanças foi do seu ministério, depois debatidas nos dois ministérios e Receita Federal. "Agora temos um marco regulatório, que permitirá a volta de muitos investimentos".

Já para as empresas, a mudança de base de cálculo, por si só, já significou aumento da tributação. "Essa sanha arrecadadora não leva em conta a perda de competitividade com a carga tributária que já temos no país. Só a necessidade econômica de municípios, que são os maiores beneficiários da Cfem", disse Clóvis Torres, diretor-executivo da Vale. Segundo ele, não se pode olhar isoladamente a questão da Cfem, pois o Brasil, entre os cinco grandes países mineradores, é de longe o que tem a maior tributação - 14% superior à do segundo colocado.

Com o nome pomposo de Programa Nacional de Revitalização da Indústria Mineral, o novo marco regulatório foi lançado por meio de três MPs - uma definindo a nova Cfem, outra criou a Agência Nacional de Mineração (ANM), que substitui o DNPM (órgão federal do setor) e a terceira regulamentou o código mineral do país, criado há décadas. Ficaram de fora alguns temas, como a mineração em faixa de fronteira por estrangeiros e diretrizes mais claras para os processos de licenciamento ambiental.

Para Tito Martins, da Votorantim Metais, ao não se considerar um série de problemas que já existiam, em discussão com o DNPM, "vão criar indisposição para todos os lados" da forma como foram apresentadas as mudanças de regras no setor. "Sabe o que vai acontecer? Judicialização". Diz que o país não está preocupado em tratar mineração como uma indústria relevante, apesar de ser. Representa 16% do PIB da produção industrial.

"Diante desse cenário, uma empresa multinacional vai ter preferência por outros países", afirmou Ruben Fernandes, presidente da Anglo American Brasil, que produz minério de ferro e níquel no país, destacando o peso do custo que o país já carrega.

No caso da Imerys, de mineração de caulim no Pará, ao se decidir sobre dois investimentos recentemente, o board da companhia nos EUA optou por um projeto de menor retorno na América do Norte do que por um no Brasil, mais atraente. O que pesou, relatou Marcos Moreira, diretor de operação da divisão global de caulim, foi a incerteza de regras. "Cada dia tem um notícia diferente no Brasil. Agora é a Cfem; qual será a próxima", perguntou o CEO da Imerys.

Há um mar de exemplos de dificuldades relatadas pelas empresas no seu dia a dia e que, para todas, tendem a se agravar. Um problema, apontam, é a burocratização existente na área ambiental. "Para fazermos o EIA/Rima de um projeto nos foi exigido um estudo do próprio Estudo de Licenciamento. E já dura mais de dois anos, com termos de referência indo e vindo. Provavelmente vai custar mais esse estudo do que a compensação do eventual impacto", relatou o presidente da Alcoa no Brasil, Otávio Carvalheira.

Na mineração de agregados (argila, brita e areia), insumos utilizados na construção civil, o presidente da Embú, Luiz Eulálio Moraes Terra, disse que o tributo triplicou, apenas com a mudança da base de cálculo. Vai passar de 0,5% do projeto anterior para 1,5% com a nova regra. "O que se previa para baratear o custo da construção, vai encarecer".

O Ibram e as empresas afiliadas começa a se preparar para uma batalha árdua nos bastidores do Congresso Nacional, onde deputados e senadores vão analisar as medidas provisórias. O cipoal de emendas de parlamentares, que querem incluir as mais diversas propostas, é imenso. Foram apresentadas cerca de 400, segundo Coelho Filho. Em muitos casos, há pedidos de maior aumento de tributação sobre as mineradoras.

O **Valor** vai publicar, em breve, a íntegra da mesa redonda que discutiu com representantes do setor o novo marco regulatório.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Vale perto do Novo Mercado

A Vale informou, em fato relevante, que superou o percentual mínimo de 54,09% para conversão voluntária das ações preferenciais da companhia em circulação, parte do processo de entrada da mineradora no Novo Mercado da B3 e da transformação da empresa em uma corporação sem controle definido. De acordo com o documento, até ontem 1,421 milhão de ações da companhia - 72,2% das ações preferenciais em circulação - aderiram à oferta para converter as ações preferenciais em ações ordinárias emitidas pela companhia ou converter as American Depositary Shares (ADSs) representadas por ações preferenciais em ADSs representadas por ações ordinárias. O prazo para a conversão voluntária termina hoje, podendo, portanto, haver alteração desse resultado parcial.

Descoberta da Petrobras

A Petrobras descobriu uma acumulação de petróleo no pré-sal da Bacia de Campos, localizada na área de Marlim Sul. Esta é a primeira descoberta comercial de petróleo no pré-sal desta área. Segundo a estatal, a descoberta ocorreu durante a perfuração do poço 6-BRSA-1349-RJS (pela nomenclatura da ANP), informalmente conhecido como Poraquê Alto, com profundidade final de 4.568 metros. O poço está localizado a 115 km da costa do Estado do Rio de Janeiro, em profundidade d'água de 1.107 metros. "Esse resultado demonstra o potencial de novas descobertas em Bacias maduras, com infraestrutura de produção já implantada", informou a estatal, em comunicado.

CSN reajusta preços

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) vai aplicar um reajuste de 12,75% em todos os aços planos fabricados pela companhia, a partir do dia 25 deste mês. Segundo o diretor-executivo comercial da empresa, Luiz Fernando Martinez, a medida vai abranger todos os clientes da siderúrgica - distribuição, industrial e automotivo. "Trata-se de um realinhamento de preços locais aos internacionais e para se adequar ao aumento de custos do carvão, coque e minério de ferro", afirmou. Martinez ressaltou que a decisão de aumento é uma questão de necessidade do setor siderúrgico em termos de custos e ao realinhamento internacional de preços, tendo como referência o mercado chinês. Ele apontou que o prêmio entre o importado colocado no Brasil e o aço nacional chegou a

entre zero e 5% com o câmbio atual. "A bobina a quente já atingiu US\$ 550 a tonelada na China", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Engie tem dúvidas sobre sucesso dos leilões de dezembro

A Engie Brasil Energia (antiga Tractebel Energia), maior geradora privada do país, planeja participar dos leilões de energia nova "A-4" e "A-6", com início de fornecimento de energia em quatro e seis anos, respectivamente, previstos para dezembro. A companhia, contudo, ainda tem receio de não haver demanda suficiente por parte das distribuidoras para a realização dos dois certames neste ano.

"Temos no nosso portfólio projetos eólicos e solares aptos a participarem e podemos ainda tentar agilizar alguns projetos de geração térmica, de biomassa e gás natural, que temos em diferentes fases de desenvolvimento. Entretanto, temos dúvidas se a demanda efetiva a ser declarada pelas distribuidoras será suficiente para a realização desses leilões ainda em 2017", afirmou o presidente da Engie Brasil Energia, Eduardo Sattamini, ao **Valor**. "Além disso, o fato de estar prevista a contratação de hidrelétricas é interessante, pois hidrelétricas seguem em nossa estratégia."

O executivo afirmou que o anúncio dos dois leilões, é positivo, porque sinaliza a perspectiva para a implantação de diversos projetos de geração em desenvolvimento, mas disse ser fundamental o anúncio dos leilões para contratação de energia existente, "os quais, acreditamos, devam acontecer antes dos leilões de energia nova". Segundo ele, esse é o "sequenciamento natural" para os eventos, pois preserva o valor dos ativos existentes sem onerar desnecessariamente os consumidores.

Sattamini disse que a decisão de modificar os leilões, de A-3 para A-4 e de A-5 para A-6, ampliando na prática em um ano o prazo para a implantação dos projetos, foi uma medida correta. "Ao longo dos últimos anos, fomos submetidos a um modelo de contratação em que os leilões eram anunciados no fim de cada ano, o que acabava, na prática, transformando um leilão com entrega da energia a três anos à frente em apenas dois anos".

O executivo afirmou ser positivo a possibilidade de contratação de termelétricas a carvão no leilão A-6. A companhia não tem planos de investir nessa fonte, mas entende que essa medida cria oportunidade para a implantação da segunda

etapa do complexo termelétrico a carvão de Pampa Sul (RS), que a Engie colocou à venda.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, André Ramalho, Fernando Torres e Camila Maia

Título: Itens extraordinários surpreendem e lucro da Petrobras cai 14%

A temporada de resultados "limpos" da Petrobras durou pouco. Depois de um primeiro trimestre em que analistas de investimentos tiveram maior clareza sobre o desempenho da empresa, uma série de eventos extraordinários afetou em diferentes sentidos o balanço de abril a junho.

O lucro operacional do trimestre, de R\$ 14,9 bilhões, foi o maior desde 2012, apesar de mais uma retração na sua receita operacional, que ficou em R\$ 66,9 bilhões, a menor em termos absolutos desde 2011, e 6% abaixo da registrada um ano antes.

Já o lucro líquido atribuído aos acionistas da Petrobras ficou em apenas R\$ 316 milhões, resultado consideravelmente inferior aos R\$ 2,8 bilhões projetados por analistas, segundo levantamento do **Valor**, e 14,6% inferior ao apurado no mesmo período de 2016.

Em entrevista coletiva concedida depois da divulgação dos resultados do trimestre, Pedro Parente, presidente da estatal, disse que a empresa observa "melhora constante no resultado econômico-financeiro".

A venda da Nova Transportadora do Sudeste (NTS), junto com outros ativos, foi o principal fator a aumentar o lucro operacional extraordinariamente. Já a adesão a programas de parcelamento tributários, com efeito contrário também bilionário, "contaminou" a demonstração de resultados nas despesas operacionais, no resultado financeiro líquido e também na linha de Imposto de Renda e CSLL.

Neste trimestre, os efeitos não recorrentes classificados como 'itens especiais' teve efeito negativo de R\$ 1,37 bilhão no resultado, sendo R\$ 6,234 bilhões com programas de regularização de tributos federais, e R\$ 6,9 bilhões com a alienação de ativos. Apenas a venda da NTS resultou em ganho de R\$ 6,279 bilhões.

A entrada do caixa com a venda da NTS também teve como efeito uma redução relevante no dívida líquido em dólares da companhia, de US\$ 95 bilhões para US\$ 89 bilhões entre março e junho deste ano. O endividamento na proporção

com o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ficou em 3,23 vezes, estável.

A redução do indicador para pelo menos 2,5 vezes até o fim de 2018 - o nível ótimo, segundo Parente, seria de 1,5 vez - continua sendo a principal meta financeira da empresa. Ao conseguir isso, ela espera diminuir o peso dos juros sobre a dívida. No segundo trimestre, a conta financeira ficou em R\$ 8,8 bilhões, e consumiu quase 60% do lucro operacional.

A companhia também segue renegociando financiamentos. Na entrevista concedida depois da divulgação do resultado, Ivan Monteiro, diretor financeiro e de relações com investidores da companhia, disse que espera anunciar nas próximas semanas uma operação de refinanciamento. "Devemos reduzir ainda mais os volumes de vencimentos para 2018, 2019 e 2020", disse. Para o ano que vem, a ideia da estatal é reduzir o vencimento de dívidas, atualmente em US\$ 9,3 bilhões, para US\$ 8 bilhões.

Nos próximos seis meses, a Petrobras espera contar com recursos de R\$ 2 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No lado operacional, os destaques positivos foram área de Exploração e Produção teve lucro de R\$ 4,87 bilhões, alta de 125,3% na comparação anual, e o segmento de Gás e Energia, que lucrou R\$ 4,6 bilhões, mais de oito vezes maior que o apurado um ano antes.

Os ganhos de eficiência na exploração das reservas do pré-sal continuam. O custo de extração no pré-sal ficou abaixo de US\$ 7 o barril no segundo trimestre, segundo a diretora de Exploração e Produção da estatal, Solange Guedes. Em 2014, esse mesmo custo estava no patamar de US\$ 14 o barril. "A companhia teve habilidade em transformar [o pré-sal] em algo extremamente competitivo. Houve muita tecnologia e gestão para chegar a esse preço competitivo", disse ela.

Segundo a diretora, a meta de produção deste ano, de 2,07 milhão de barris diários de petróleo no Brasil, está mantida, apesar das perspectivas de atrasos na entrada em operação das plataformas previstas para este ano.

O mesmo vale para o plano de venda de ativos, que segue com a previsão de desinvestimentos de US\$ 21 bilhões entre 2017 e 2018, segundo Ivan Monteiro. "Temos ao redor de US\$ 40 bilhões de oportunidades de desinvestimentos [em análise], afirmou.

Um dos principais ativos colocados a venda pela estatal é a BR Distribuidora. Segundo Pedro Parente, ainda não há definição sobre qual o percentual da

distribuidora de combustíveis será ofertado no processo de abertura de capital da empresa.

Em relação aos investimentos, que caíram 21% no semestre, para R\$ 23 bilhões, um novo plano de negócios deve ser divulgado em breve. Segundo Parente, a revisão do plano atual entrará na pauta da diretoria nas próximas semanas. O plano 2017-2021 prevê investimentos de US\$ 74,1 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes

Título: Grupo Ultra mantém estratégia de expansão no país

O Ultra segue atento a oportunidades de aquisição no país e não vai mudar seu foco, ou direcionar a estratégia de expansão para o mercado internacional, por causa do veto do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) à compra da Alesat pela Ipiranga, disse ontem o diretor financeiro e de relações com investidores da Ultrapar, André Pires. O órgão antitruste barrou a transação no dia 2 deste mês e também analisa a aquisição da Liquigás por outra empresa do grupo, a Ultragaz.

"Essa é uma operação que tem todas as condições de ser aprovada. São operações distintas, com dinâmicas e mercados próprios", defendeu o executivo, em teleconferência com analistas, na qual foi questionado diversas vezes sobre esse assunto.

A expectativa da Ultrapar é a de que a operação possa ser sacramentada até março. "Até lá, nada muda, Ultragaz e Liquigás permanecem como concorrentes", observou. O preço de compra, de R\$ 2,8 bilhões, é corrigido pelo CDI e há no contrato previsão de multa de 10% caso o Cade não aprove a transação. Mas a premissa é a de que haverá aval, insistiu Pires.

Ao mesmo tempo, o grupo mantém investimentos orgânicos planejados e segue avaliando outras oportunidades de aquisição "que façam sentido do ponto de vista estratégico ou de geração de valor", acrescentou. O executivo disse que a estratégia de expansão internacional sempre está em análise e a Oxiteno, braço de especialidades químicas do grupo, é o caminho mais natural para essa finalidade. Neste momento, a empresa caminha para a fase final do investimento de US\$ 113 milhões em uma nova fábrica em Pasadena, nos Estados Unidos, com operação prevista para o início do ano que vem.

Na avaliação de Pires, o segundo trimestre foi, de maneira geral, desafiador para todas as empresas, mesmo as mais resistentes, e efeitos atípicos afetaram

os resultados do grupo, que não agradaram ao mercado. As ações da Ultrapar chegaram a cair mais de 5% durante o dia, mas fecharam a sessão com baixa de 2,63%, a R\$ 69,60.

"Nossa expectativa era de que o primeiro semestre seria mais fraco. Esperamos um segundo semestre com mais estabilidade no ambiente de negócios", afirmou, acrescentando que o Ultra está "confiante em melhores condições para manter a trajetória de crescimento sustentado" exibida pelo grupo também ao longo de 2017.

De maio a junho, a receita líquida da Ultrapar ficou praticamente estável em R\$ 19,17 bilhões (queda de 0,6%). Já o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) teve retração de 22,2%, para R\$ 784,2 milhões, refletindo principalmente a piora dos resultados da Ipiranga e da Oxitenó.

Em relatório, o Santander destacou que os números operacionais da duas empresas vieram abaixo do esperado. "Embora esperemos que os resultados operacionais melhorem a partir do terceiro trimestre, particularmente no segmento de distribuição de combustíveis e na unidade de químicos, é preciso monitorar os dados mensais para verificar se essa expectativa vai se materializar", indicou o banco.

O Credit Suisse, por sua vez, reduziu a recomendação para as ações da Ultrapar do equivalente à compra para neutra e também o preço-alvo dos papéis, de R\$ 89 para R\$ 78. Em relatório, os analistas Andre Natal e Regis Cardoso afirmam que os resultados do segundo trimestre trazem "mais perguntas do que respostas", em especial depois de os números terem ficado abaixo do esperado.

Para 2017, a expectativa é a de que o Ebitda da Ipiranga mostre crescimento similar ao verificado no ano passado, em torno de 10%. "Mantemos inalterada a expectativa de crescimento do Ebitda em 2017", afirmou. Na Oxitenó, a previsão é de manutenção do crescimento dos volumes, com evolução positiva dos resultados frente ao intervalo de abril a junho. A Ultraz, por sua vez, deve fechar o ano com os mesmos 25% de expansão do Ebitda verificados em 2016. Já para a Ultracargo, com o fato de a dinâmica atual estar muito parecida à verificada no segundo trimestre, a expectativa é a de Ebitda similar no terceiro trimestre.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: André Ramalho****Título: QGEP corta 13% dos aportes previstos para este ano**

A venda da fatia de 10% da Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP) no bloco BM-S-8 permitiu à companhia cortar em 13% os investimentos previstos para o biênio 2017-2018. A empresa prevê investir US\$ 112 milhões até fim do ano que vem, ante os US\$ 130 milhões inicialmente estimados.

"A venda da nossa participação no BM-S-8 reduziu compromissos de investimentos, nos dando flexibilidade", disse a diretora de relações com investidores, Paula Côrte-Real, ontem, durante teleconferência com analistas.

Com a redução dos compromissos de investimentos em Carcará, a QGEP elevou de US\$ 52 milhões para US\$ 60 milhões os aportes previstos no desenvolvimento do campo de Atlanta, no pós-sal da Bacia de Santos.

A QGEP vendeu sua fatia no BM-S-8, para a Statoil, por US\$ 379 milhões, dos quais US\$ 189,5 milhões serão pagos no fechamento da operação, ainda este ano, segundo as estimativa da Queiroz Galvão. Outras duas parcelas serão pagas após a assinatura do contrato referente à licitação da área unitizável de Carcará, prevista para este ano, e após o acordo de unitização do campo com a União - o que pode levar até dois anos.

Com o fortalecimento de seu caixa, a empresa avalia agora alternativas para o uso dos recursos, dentre elas investimentos adicionais no portfólio exploratório, aquisições e, caso haja excesso de caixa, distribuição de dividendos extraordinária. Segundo Paula, a companhia não definiu os potenciais montantes envolvidos, nem prazo para eventual pagamento.

Segundo o presidente da QGEP, Lincoln Guardado, a venda de Carcará deu "um pouco de competitividade" para que a petroleira participe das próximas rodadas. A companhia está entre as 36 empresas que manifestaram interesse na 14ª Rodada. A participação está sendo avaliada internamente. "O teor da nossa potencial participação está ligado àquilo que conseguiremos nos nossos desinvestimentos".

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: André Ramalho****Título: PetroRio espera fechar novas aquisições neste semestre**

Depois da aquisição da Brasoil, no início deste ano, a PetroRio está otimista quanto a novas aquisições de ativos no segundo semestre. Segundo o diretor Financeiro e de Relações com Investidores da petroleira, Blener Mayhew, a companhia fechou junho com saldo final de caixa de R\$ 678 milhões, "disponível" para aquisições.

O executivo destacou que a PetroRio foi convidada pela Petrobras para o seu processo de venda de ativos em campos maduros. Em julho, a estatal abriu um processo para negociar um pacote de sete polos de produção em águas rasas, que totalizam produção de petróleo e gás de 73 mil barris de óleo equivalente por dia.

Segundo Mayhew, a PetroRio tem sido procurada por estrangeiras interessadas em apresentar ofertas conjuntas pelos ativos da Petrobras. "Estamos sendo bastante assediados. Achamos que somos um comprador natural, mas estamos ainda em fase preliminar de análise", disse o executivo, durante teleconferência com analistas.

Mayhew, no entanto, afirmou que vê a PetroRio "agressiva" na aquisição dos ativos, independente da formação de consórcios. "Todo o nosso caixa está 100% disponível para aquisições. Independente de trazermos ou não parceiros, temos condições de adquirir novos ativos. Temos baixa alavancagem. Obviamente, se encontrarmos alguma composição interessante [com um sócio], estaremos conversando com todo mundo. Pode esperar que estaremos agressivos por múltiplos ativos simultaneamente, sejam eles [ofertados pela] Petrobras ou outro agente."

Além da compra de novos ativos, a PetroRio também avalia investir no aumento da produção de Polvo. Longe das atividades de exploração desde que mudou seu foco estratégico para a produção de campos maduros, a companhia tem planos de voltar a perfurar dois novos poços no campo, na Bacia de Campos.

Segundo Mayhew, os cortes de custos de Polvo chegaram a um limite e novas reduções só serão possíveis com o aumento da produção local. Ao todo, os custos operacionais de Polvo totalizam, por ano, cerca de US\$ 90 milhões. "Estamos bem animados de que teremos dois poços, ao que tudo indica, até o fim do ano, em dezembro, quem sabe janeiro."

Para viabilizar os dois novos poços, a PetroRio tenta obter junto à Agência Nacional de Petróleo (ANP) condições mais favoráveis no pagamento de royalties pela produção do campo. A petroleira entrou com um pedido para que as alíquotas de royalties de Polvo sejam reduzidas de 10% para 5%, já que o ativo já se encontra em fase declinante de produção.

Pela lei, as alíquotas podem variar de 5% a 10%, mas na prática são cobradas pelo teto. A nova política de exploração e produção, anunciada recentemente pelo governo, regulamentou que a ANP poderá conceder, desde que comprovado o benefício econômico para a União, alíquotas mínimas para campos maduros que tenham seus contratos de concessão renovados, com compromissos de investimentos para extensão da vida útil.

Ontem, a PetroRio foi um dos destaques da B3. A empresa fechou o dia com as ações ordinárias cotadas a R\$ 44,99, alta de 13,01%, como reflexo dos resultados do segundo trimestre. A todo, a petroleira lucrou R\$ 47,1 milhões no período, revertendo um prejuízo de R\$ 51 milhões registrado no segundo trimestre do ano passado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Francisco Góes

Título: Justiça nega liminar contra conversão de ações da Vale

Às vésperas do fechamento do prazo de conversão voluntária de ações preferenciais em ordinárias da Vale, um grupo de diretores ligados à Funcef, o fundo de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal, e representantes da Petros, o fundo de pensão da Petrobras, tentou, sem sucesso, barrar ontem o processo de reestruturação da mineradora. O grupo entrou com ação popular para suspender o processo de conversão de ações, mas o pedido foi negado pela juíza Iolete Maria Fialho de Oliveira, titular da 22ª Vara Cível da Justiça Federal do Distrito Federal.

Na ação, os representantes dos fundos tentaram invalidar a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Vale, realizada em 27 de junho, que aprovou a conversão de ações. Na decisão que negou o pedido, a juíza disse não ver qualquer irregularidade na AGE. "Foram adotadas as medidas pertinentes que possam dar sustentação para que a Vale opere no Novo Mercado da bolsa de valores, nos moldes recentemente inaugurados", disse a juíza na decisão. Segundo ela, os autores da ação não apresentam ilegalidades formais contidas nas decisões e diretrizes da AGE, que teve adesão da maioria acionária da companhia, "fato que deve ser preservado".

Márlon Jacinto Reis, advogado dos representantes de Funcef e Petros que impetram a ação, disse que o conteúdo da decisão indeferindo o pedido de liminar será analisado. "Mas certamente recorreremos", disse Reis. Na ação, os representantes dos participantes na Funcef e Petros tentaram também evitar que seja eliminado o bloco de controle na Vale e buscaram impedir a incorporação da Valepar pela mineradora. A Valepar é a holding que controla a Vale.

O objetivo, segundo Reis, é sustar qualquer tipo de movimento na reestruturação da Vale, pois os representantes que assinam a ação entendem que o processo em curso será prejudicial aos fundos de pensão. Um dos pontos questionados na ação é o pagamento de um prêmio de 10% aos acionistas reunidos na Valepar (Bradesco, fundos de pensão liderados por Previ, Mitsui e BNDESPar).

Na ação, os autores citam o fato de que em setembro de 2003, quando a Mitsui comprou 18,2% da Valepar, o preço pago por ação pelos japoneses representou ágio de 64% sobre o preço de mercado de ações ordinárias. "Os 10% de ações a mais oferecidas não chegam nem perto de compensar o ágio razoavelmente esperável pelo poder de controle", dizem os autores em trecho da ação.

MME / ASCOM